

DOSSIÊ

História Cultural e Imaginário Occidental sobre o Oriente

Natália Morari Ochôa¹

SOBRE MULHERES E LUTAS: UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL DOS MOVIMENTOS DE MULHERES PALESTINAS

ABOUT WOMEN AND STRUGGLES: A POSTCOLONIAL ANALYSIS OF PALESTINIAN WOMEN'S MOVEMENTS

RESUMO:

Qual abordagem feminista de Relações Internacionais apresenta os aportes conceituais mais adequados para explicar a realidade das mulheres palestinas? Essa é a pergunta que norteia a presente pesquisa, a qual levanta como hipótese que o feminismo pós-colonial teria os aportes conceituais mais apropriados para esse fim, visto que as reivindicações dessas mulheres estão inseridas em um contexto de ocupação por um poder visto como colonial. A metodologia aplicada será uma revisão crítica da literatura sobre Feminismo e Relações Internacionais e um estudo de caso da situação das mulheres palestinas no contexto de ocupação colonial, buscando ajudar futuros pesquisadores a pensar as lutas que outras mulheres estão desenvolvendo em seus movimentos de resistência no âmbito de ocupações coloniais de dinâmicas semelhantes. Os objetivos principais são apresentar as principais abordagens feministas para as Relações Internacionais e trazer evidências para o argumento sobre o Feminismo Pós-colonial ser o mais apropriado para se compreender a luta das mulheres palestinas. Por fim, objetiva-se também analisar o caso específico da luta das mulheres palestinas dentro do contexto de ocupação colonial do Estado de Israel. Ao final, conclui-se que as abordagens feministas mainstream não explicam os movimentos de mulheres palestinas por não levarem em conta as especificidades de raça, classe, religião e resistência nacionalista que se faz presente naquele contexto, confirmando a hipótese levantada de que a teoria feminista pós-colonial possui os aportes necessários para um entendimento mais amplo de uma realidade de resistência à ocupação colonial.

Palavras-chave: Feminismo Pós-colonial. Movimentos Feministas. Mulheres Palestinas.

ABSTRACT:

Which feminist approach to International Relations has the most appropriate conceptual contributions to explain the reality of Palestinian women? This is the question that guides this research, which raises the hypothesis that post-colonial feminism would have the most appropriate conceptual contributions for this purpose, since the claims of these women are inserted in a context of occupation by a power seen as colonial. The applied methodology will be a critical review of the literature on Feminism and International Relations and a case study of the situation of Palestinian women in the context of colonial occupation, seeking to help future researchers to think about the struggles that other women are developing in their resistance movements in the context of colonial occupations of similar dynamics. The main objectives are to present the main feminist approaches to International Relations and to bring evidence to the argument about Post-colonial Feminism being the most appropriate to understand the struggle of Palestinian women. Finally, the objective is also to analyze the specific case of the struggle of Palestinian women within the context of the colonial occupation of the State of Israel. In the end, it is concluded that mainstream feminist approaches fail to explain the Palestinian women's movements because they do not take into account the specificities of race, class, religion and nationalist resistance that is present in that context, confirming the hypothesis raised of that postcolonial feminist theory has the necessary inputs for a broader understanding of a reality of resistance to colonial occupation.

Keywords: Post-colonial feminism. Feminist movements. Palestinian Women.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI - UFRGS) - natalia_morari@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7974-949X>

INTRODUÇÃO

As mulheres palestinas sempre tiveram um importante papel em sua sociedade, seja através de um perfil mais tradicional, como mães, companheiras e filhas, promovendo suporte aos combatentes, ou até como ativistas engajadas na prática, por meio da atuação política em eleições ou em grupos de resistência, armados ou pacíficos. Essas mulheres sempre buscaram desempenhar importantes funções na luta nacionalista, vinculando as reivindicações de gênero como forma de galgar o seu espaço feminino e como palestinas (ABDULHADI, 1998).

Neste artigo, a teoria feminista pós-colonial será utilizada com o propósito de explicar as especificidades dos movimentos de mulheres palestinas. Ao analisá-los, é necessário questionar qual a realidade em que estão inseridos e como se desenvolvem ao longo da história. Observa-se que, estando inseridos em um contexto de resistência ao colonialismo inglês e à influência estadunidense na região, as mobilizações de mulheres palestinas se enquadram nos movimentos do Terceiro Mundo². Tendo em vista que o feminismo pós-colonial busca explicar tais movimentos incorporando raça e classe à análise de gênero, bem como o contexto de luta nacional e contra a opressão de um grupo dominante – no caso, os israelenses apoiados pelos britânicos e pelos estadunidenses – percebe-se que as mulheres palestinas precisam lutar de forma dupla, tanto contra a opressão que sofrem por questões de gênero quanto contra os israelenses por sua nacionalidade (MARTEU, 2012).

Em razão do fato de haver visões diferentes de como a igualdade e o reconhecimento devem ser conquistados – visto que nem todos concordam com as pautas feministas, conforme se verá a seguir – esses movimentos se mostram heterogêneos. Algumas mulheres acreditam que o Islã é o caminho para a emancipação feminina e para a melhoria de sua condição, defendendo uma visão religiosa de como lidar com as questões nacionalis-

tas (ABABNEH, 2014). Por isso, este trabalho evidencia a produção de autoras e autores de abordagem feminista pós-colonial, os quais voltam seus olhares com mais cuidado para as questões pertinentes ao Terceiro Mundo, levando em consideração que a influência dos países do Primeiro Mundo ainda se faz presente diante dos fatos e discursos que se perpetuam em relação a esses povos (MOHANTY, 2003).

Qual abordagem feminista para as Relações Internacionais apresenta os aportes conceituais mais adequados para explicar a realidade das mulheres palestinas? Essa é a pergunta que norteia a presente pesquisa, a qual levanta como hipótese que o feminismo pós-colonial teria os aportes conceituais mais apropriados para esse fim, considerando que as reivindicações dessas mulheres estão inseridas em um contexto específico de ocupação de um poder visto como colonial. Os objetivos principais são apresentar as principais abordagens feministas para as Relações Internacionais e trazer evidências para o argumento sobre o feminismo pós-colonial ser o mais apropriado para se compreender a luta das mulheres palestinas. Por fim, objetiva-se também analisar o caso específico da luta das mulheres palestinas no contexto de ocupação colonial do Estado de Israel.

ASPECTOS METODOLÓGICOS E A ESCOLHA DO(S) MÉTODO(S)

O feminismo e o pós-colonialismo têm ganhado cada vez mais espaço entre as abordagens teóricas no campo da Relações Internacionais. Isso se deve ao fato de trazerem questões do pós-Guerra Fria, não apenas pelas lentes de gênero, como também enquadrando raça, classe, etnia e religião, aspectos que podem ser de grande importância para o entendimento de fenômenos que ocorrem além do âmbito estatal, voltando suas análises para níveis alternativos.

A autora J. Ann Tickner (2006) explica que as feministas partem de uma ontologia das rela-

² Segundo Mohanty (2003), o termo “Terceiro Mundo” serve para designar localizações geográficas e conjunturas socioculturais que não envolve o Primeiro Mundo, ou seja, os europeus e estadunidenses. Ela incorpora a esse conceito tanto os povos que compõem os países fora do eixo Europa-EUA (América Latina, Ásia, África e Oriente Médio) quanto às “pessoas de cor” presentes naquelas sociedades.

ções sociais nas quais os indivíduos estão entrelaçados em – e constituídos por – estruturas políticas, econômicas e sociais desiguais. Isso ultrapassa o pressuposto de trabalho a partir de uma ontologia que retrata os Estados como atores autônomos individualistas, típica da perspectiva das ciências sociais ou do pensamento liberal de forma geral. A autora propõe também que, diferentemente do campo científico-social das RI, baseado em modelos das ciências econômicas e naturais para explicar o comportamento dos Estados no sistema internacional, feministas das RI têm usado análises sociológicas que começam com indivíduos e relações sociais hierárquicas nas quais suas vidas estão situadas.

Segundo a autora:

Enquanto as RI científico-sociais têm sido bastante determinadas pelo sistema ou focadas no Estado, entendimentos feministas sobre o comportamento do Estado frequentemente começam abaixo do nível estatal – com as vidas de indivíduos conectados. Enquanto grande parte das RI se concentra em descrever e explicar o comportamento dos Estados, as feministas são motivadas pelo objetivo de investigar as vidas de mulheres dentro dos Estados ou das estruturas internacionais a fim de mudá-las (TICKNER, 2006, p. 25, tradução nossa)³.

Ainda segundo Tickner (2006), embora muitas vezes as experiências femininas sejam tratadas como triviais ou importantes apenas quando relacionadas a um homem em razão do fato de estarem ligadas aos aspectos do dia a dia ou do senso comum, elas devem receber a devida importância pela alta dependência do trabalho feminino e de outros grupos subordinados, uma vez que fornecem suporte para que os indivíduos do sexo masculino possam desempenhar suas funções.

Outro aspecto são as identidades marginalizadas. Em seu artigo, Bina D’Costa (2006) trata da falta de interesse da disciplina de RI em abordar as questões humanitária sob a perspectiva dos sobreviventes de conflitos, embora o interesse tenha se tornado cada vez maior entre as teóricas feministas da área. Estas acadêmicas se debruçam sobre projetos cada vez menos convencionais no âmbito da disciplina e, conseqüentemente, temas que consideram questões de gênero, raça e classe ganham preponderância, uma vez que experiências das mulheres orientais podem gerar importantes evidências empíricas. Com todas essas dimensões, são reveladas realidades antes negligenciadas, levando a um entendimento mais completo da dinâmica envolvendo grupos marginalizados em um conflito:

Marginalização é um conceito muito contestado e é frequentemente associado com fraqueza ou impotência política e econômica. É um status social que está ligado a identidades particulares ou grupos sociais. Para dar um exemplo, mulheres e crianças permanecem socialmente, politicamente e economicamente marginalizadas em sociedades patriarcais e tradicionais em razão de seus gênero e idade. Refugiados, imigrantes ilegais e minorias religiosas em Estados desenvolvidos são marginalizadas em virtude da nacionalidade, etnia e falta de conhecimento das línguas dominantes e filiações religiosas. Identidades associadas com casta, classe, origens geográficas ou localização pobre, em áreas rurais também resultam em marginalização (D’COSTA, 2006, p. 130, tradução nossa)⁴.

Ainda segundo a autora:

Marginalização também é ligada a duas outras práticas: exclusão e discriminação. É a forma mais dominante de prática excludente pelos Estados ou grupos sociais sobre os quais os

³ No original: “While social scientific IR has been quite system determined or state-focused, feminist understandings of state behavior frequently start from below the state level – with the lives of connected individuals. Whereas much of IR is focused on describing and explaining the behavior of states, feminists are motivated by the goal of investigating the lives of women within states or international structures in order to change them.”

⁴ No original: “Marginalization is a much-contested concept and is often associated with economic and political weakness or powerlessness. It is a social status which is linked to particular identities or social groups. To give an example, women and children remain socially, politically, and economically marginal in traditional and patriarchal societies because of their gender or age. Refugees, illegal immigrants and religious minorities in developed states are marginalized because of their nationality, ethnicity, lack of knowledge of the dominant languages, and religious affiliations. Identities associated with caste, class, geographic origins, or location in poor, rural areas also result in marginalization.”

grupos marginalizados têm pouco ou nenhum controle. Em virtude dessa exclusão, muitas formas de discriminação ocorrem, tais como acesso limitado a serviços do governo ou papéis de alto escalão político, acesso discriminatório a instituições de ensino superior tais como escolas de medicina ou engenharia, e acesso limitado a recursos como produtos agrícolas e de bem-estar social. (D’COSTA, 2006, p. 130-131, tradução nossa)⁵.

Conforme se notará ao longo do texto, muitas das evidências apresentadas pelas autoras acima citadas se verificarão ao tratar do caso das mulheres palestinas. Em razão das políticas de marginalização baseadas na etnia e impostas pelo Estado de Israel, o povo palestino acaba tendo acesso limitado a recursos que poderiam melhorar a qualidade de vida, sendo mantido em situação de vulnerabilidade econômica e social. Quando se trata das mulheres, essa marginalização possui impactos bastante específicos, uma vez que, além da discriminação de gênero presente tanto no âmbito da sociedade palestina quanto da israelense, preconceitos raciais, étnicos e religiosos também são enfrentados.

Para a realização desse trabalho, foi feita uma revisão crítica da literatura sobre Feminismo e Relações Internacionais e um estudo de caso da situação das mulheres palestinas no contexto de ocupação colonial. Esse estudo de caso pode ajudar pesquisadores futuros a pensar as lutas de outras mulheres que estão desenvolvendo movimentos de resistência sob ocupações coloniais, entre os quais poderíamos citar as mulheres egípcias que, no início do século XX, protestaram contra o tratamento dado pelos britânicos ao povo egípcio ao longo de todo o tempo em que governaram seu território, foram assim elementares apoiando o movimento nacionalista egípcio (JAYAWARDENA, 2016).

Outro movimento mais recente - e que tem esse caráter de vincular a luta feminista aos ideais nacionalistas - é o das mulheres curdas, muito atuantes no combate armado ao Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS). Além de atuar militar-

mente, essas mulheres buscam melhor distribuição de recursos, mais direitos para as mulheres e o fim da discriminação de gênero, moldando o nacionalismo curdo e os direitos da mulher através do seu ativismo (AL-ALI; PRATT, 2011). Foram utilizados livros e artigos, bem como relatórios de organizações internacionais como a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) e reportagens de grandes veículos de comunicação para obtenção de dados a respeito dos atores envolvidos, bem como informações a respeito de acontecimentos atuais e de personagens que recentemente ganharam importância naquela região.

MOVIMENTOS DE MULHERES FORA DO OCIDENTE E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No campo das Relações Internacionais, o feminismo tem seu lugar como teoria desde o final dos anos 1980, no âmbito do Terceiro Debate. As correntes existentes dentro dessa teoria fornecem uma série de ferramentas para analisar criticamente um objeto de pesquisa a partir da ótica de gênero (TICKNER, 2001). Esse movimento, inicialmente, pautou-se pelas ideias feministas liberais. Segundo Colling e Tedeschi (2019), essa vertente utiliza uma metodologia positivista para investigar as causas da subordinação da mulher na política global, empregando como variável o gênero. As adeptas dessa vertente partem de uma ontologia individualista e de métodos quantitativos, formulando um conhecimento racionalista sobre o gênero, conectando-o à ideia de teoria da paz democrática. No entanto, mulheres situadas no Terceiro Mundo e em estratos sociais mais baixos em sociedades ocidentais afirmam que as feministas adeptas dessa abordagem universalizam as experiências das mulheres se baseando apenas em seu gênero, não levando em consideração especificidades como raça, clas-

⁵ No original: “Marginalization is also linked to two other practices: exclusion and discrimination. It is the most dominant form of exclusionary practice by states or social groups over which marginalized groups have little or no control. Because of this exclusion, several forms of discrimination occur, such as limited access to government services or high-profile political roles, discriminatory access to higher-education institutions such as medical and engineering schools, and limited access to resources such as agricultural products and social welfare.”

se, nacionalidade, religião e sexualidades que se interseccionam com o gênero ao retratar suas experiências. Além disso, feministas *mainstream* cometem equívocos ao universalizar o sujeito “mulher”, assim como ao monolitizar as experiências das mulheres do Terceiro Mundo, isto é, tratando-as como um único bloco, sem considerar as características individuais de cada localização, reproduzindo categorias orientalistas de pensamento (RAJAN; PARK, 2008). Por isso, para trazer um entendimento mais completo a respeito do objeto tratado ao longo deste texto, será utilizada a vertente feminista pós-colonial, uma vez que é necessário analisar outras questões além do gênero, que também estão envolvidas nos movimentos de mulheres palestinas. Para isso, serão apresentados textos clássicos sobre feminismo e pós-colonialismo, que são aplicados para análises das mais diversas disciplinas das ciências humanas. Entre elas, as Relações Internacionais.

Uma das obras que tiveram maior influência para a análise das questões voltadas para fora do Ocidente⁶ e para os estudos pós-coloniais foi “Orientalismo”, de Edward W. Said, publicada pela primeira vez em 1978. O autor argumenta que o Ocidente – representado em um primeiro momento pelos países da Europa e, posteriormente, pelo EUA – construíram uma determinada imagem a respeito dos povos do Oriente⁷, formada a partir de uma série de estereótipos, os quais iam desde um lugar mítico e cheio de mistérios a um local repleto de luxúria e ambientes hostis (SAID, 2016).

Essa região se tornou um local para os interesses expansionistas europeus no início do século XX, através de empreendimentos como o Canal de Suez, no Egito, bem como para o atendimento a uma reivindicação do movimento sionista para o estabelecimento do Estado de Israel na região da Palestina, apoiado por Lorde Balfour. Já no século XXI, é considerada uma região de interesse estratégico e econômico para os estadunidenses, que visam a facilitar o escoamento do petróleo através de incentivo para que os Estados da região adotem regimes que sejam mais vantajosos para seus inte-

resses, o que leva ao descontentamento de muitos grupos considerados terroristas, que praticam ataques contra os grandes símbolos do poder estadunidense (SAID, 2016). As autoras citadas a seguir se utilizaram dessa obra para a construção de seus pensamentos a respeito de uma série de questões sobre o Terceiro Mundo, que serão abordadas mais adiante.

Uma das autoras mais proeminentes dentro do Pós-Colonialismo e que se debruçou sobre a questão das mulheres subalternas foi Gayatri Chakravorty Spivak. Em seu ensaio “Pode o Subalterno Falar?”, publicado originalmente em 1988, Spivak questiona até que ponto é permitido ao subalterno exercer seu direito de voz sobre sua própria condição. Ao final do texto, a autora dedica uma seção exclusiva para a análise da condição da mulher subalterna, utilizando como exemplo as mulheres indianas que se auto imolavam nas piras funerárias de seus falecidos maridos (*sati*), prática essa que foi proibida pelos colonizadores britânicos. Nesse ponto, a utilização da frase “homens brancos, procurando salvar mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2010, p. 115) representa a tentativa do colonizador de impor sua visão sobre as práticas de um povo colonizado, sem levar em consideração sua vontade e suas crenças. Contudo, a autora explica que a prática não era tão comum quanto se fazia parecer. Mesmo assim, a utilização de episódios como esse seriam um pretexto para a interferência britânica em uma questão que transpassou a esfera privada para a pública.

Dada essa situação, Spivak (2010) argumenta que, através de práticas como a citada acima, pretende-se passar uma imagem do imperialismo como protetor das mulheres, com destaque para a mulher do Terceiro Mundo como objeto de proteção dos homens do Primeiro Mundo, uma vez que ela não seria capaz de tomar conta de si mesma. A imagem criada e disseminada da mulher como sendo pura de espírito, bem como de sua força e de seu amor pelo cônjuge morto, acabam sendo idealizadas e romantizadas pela elite nativa, tornando-a símbolo de nacionalismo e respeito às

⁶ Europa e EUA.

⁷ Para Said (2016), o Oriente se refere à região conhecida como Oriente Médio - mais precisamente, à região da Palestina.

origens. Por isso, a mulher indiana seria manipulada pelos homens de sua cultura, interpretando-as como não possuindo vontade própria e tendo a necessidade de proteção do colonizador. Esse é o início de um processo de “apagamento” da mulher do Terceiro Mundo, colocando-a como vulnerável e sem capacidade de agir por conta própria, o que leva a autora a concluir que a mulher subalterna não pode falar por conta própria.

Outra autora que debate com as ideias de Spivak é Deepika Bahri. Em seu artigo, publicado em 2013, intitulado *Feminismo e/no Pós-Colonialismo*, a autora defende que as ideias feministas e pós-coloniais não só se complementam, como também compartilham e revisam questões importantes relacionadas a ambas as correntes. Ainda fazendo referência ao caso das *sati*, Bahri (2013) trata de um imaginário disseminado sobre a mulher indiana ser conivente com as imposições pretensamente civilizatórias dos britânicos, uma vez que a sua cultura seria um limitador de sua liberdade. Por outro lado, a autora também traz a lógica de movimentos anti-imperialistas que se utilizaram das questões relacionadas à mulher, além da própria imagem da figura feminina, para simbolizar a luta nacional, bem como “para articular um papel significativo para as mulheres nos processos de construção da nação e de descolonização” (BAHRI, 2013, p. 661). Outra questão importante abordada pela autora é a relação do feminismo com o nacionalismo, algo que pode ser visto baseado no que foi apresentado anteriormente.

Ao longo do texto, a autora traz à tona não só as concordâncias e complementaridades das visões feminista e pós-colonial, como também as divergências entre as feministas (principalmente as ocidentais) e os pós-colonialistas. Segundo as feministas, os textos pós-coloniais se limitam ao não abordarem questões de gênero. Já de acordo com os pós-colonialistas, muitas autoras feministas, principalmente aquelas localizadas no Ocidente, não se dedicam a analisar o impacto do imperialismo e do colonialismo, bem como as questões de raça, etnia e identidade de povos subalternos. Tendo em vista esse cenário, há o surgimento do feminismo pós-colonial, que leva em conta todas essas questões. Segundo Bahri (2013), o feminis-

mo pós-colonial possui congruências com perspectivas pós-coloniais simultaneamente, enfatizando o conluio do patriarcado e do colonialismo.

No entanto, ainda há questões polêmicas relacionadas a essa vertente. Segundo Bahri (2013), muitas vezes é proferido que o feminismo pós-colonial acabaria ameaçando uma pretensa unidade do movimento feminista global, fragmentando-a. Para Bahri (2013, p. 663):

Diferenças entre teóricas feministas pós-coloniais vêm, respectivamente, à tona à medida que a categoria das “mulheres de cor” se esfacela com a política da localização, o conflito entre comunidades minoritárias no Primeiro Mundo, as mulheres em comunidades diaspóricas e as mulheres no Terceiro Mundo. Teóricas que discutem gênero e raça estão por vezes suscetíveis à crítica interna e externa por se referirem insuficientemente à classe como um fator crucial nas relações entre pessoas, seja no relacionamento entre homens e mulheres, entre Norte e Sul, ou no interior de grupos que se bifurcaram não por gênero ou raça, mas por situação econômica.

Mesmo com todas as polêmicas enfrentadas pelas acadêmicas e pelos acadêmicos adeptos dessa vertente, ela tem sido cada vez mais utilizada para explicar questões voltadas para a identidade. Para Bahri (2013), a representação da mulher como uma categoria única pelas feministas ocidentais pode não ser uma perspectiva compartilhada pelas mulheres orientais, não retratando essas mulheres de forma fidedigna ou, até mesmo, reforçando estereótipos. Também deve-se atentar a essencialismos, pelas mesmas razões citadas, além de tratar traços culturais como imutáveis e não como construídos dentro de determinada dinâmica.

Por fim, outra autora que se dedica às análises baseadas nessa abordagem teórica, bastante utilizada nas Relações Internacionais e cujos conceitos trabalhados até o momento conversam de maneira a fornecer um aporte teórico robusto, é Chandra Talpade Mohanty. Sua principal obra data de 1984 e intitula-se *Under Western Eyes: feminist scholarship and colonial discourses*. Logo no início de seu artigo, Mohanty (1984) defende que, para haver um entendimento a respeito da mulher do

Terceiro Mundo, é necessária uma crítica interna do feminismo hegemônico e de seu discurso pretensamente universalizante. Quando se fala em direitos da mulher, entende-se que as mulheres de todos os lugares do mundo deveriam estar de acordo a respeito de determinadas questões. Entretanto, para as mulheres do Terceiro Mundo, questões como raça, classe, religião e outras formas de usufruir e vivenciar a sexualidade, além de pautas voltadas para a identidade, são consideradas prioridades. Tendo isto em vista, a autora defende que exista uma desconstrução por parte do discurso ocidental, para entender e englobar essas pautas caras às mulheres do Terceiro Mundo e para uma construção dos feminismos situados no Oriente.

Além dessa, outra obra de Mohanty segue essa mesma linha. O livro *Feminism Without Borders: decolonizing theory, practicing solidarity* (2003) trata de questões já estudadas pela autora em seu artigo seminal. Além disso, traz outras pautas, como a cidadania e o papel do feminismo para a emancipação política e econômica feminina. Ela defende uma visão feminista inclusiva, a qual transcenda fronteiras e que leve à solidariedade transnacional entre os movimentos feministas. Testemunha das consequências do colonialismo britânico na Índia, seu país natal, Mohanty (2003) defende que as mulheres são sempre as que mais sentem os efeitos da invasão territorial. Seus corpos clamam por segurança e integridade em situações como essa. Ela também entende que as linhas entre as nações, as raças, as classes, as sexualidades, as religiões e as deficiências existem e devem ser transcendidas pelo compromisso feminista com as lutas sociais.

Em determinado momento da obra, Mohanty (2013) questiona o que torna uma mulher pertencente ao Terceiro Mundo. Segundo a autora, é necessário, em primeiro lugar, levantar uma série de questões a respeito de quem ou o que é o Terceiro Mundo: o que suas mulheres definem como “feminismo”, se as mulheres presentes nele têm algum currículo eleitoral e se suas propostas políticas são necessariamente feministas. Em segundo, a autora levanta outra série de questões, como qual história traçamos ao falar em mulheres do Terceiro Mundo; como as questões

de gênero, raça e classe se interseccionam quando se analisa um movimento nessa parte do mundo, quem e de onde são os produtores de conhecimento, bem com suas políticas, parâmetros disciplinares e métodos que podem ser considerados mais precisos para tratar dos movimentos de mulheres dentro do chamado Terceiro Mundo.

A autora entende que essas questões se sobrepõem, mas que elas são de extrema importância para a definição de uma mulher de Terceiro Mundo e quais critérios são utilizados para tanto. Além disso, a autora critica as visões feministas hegemônicas, as quais acabam por não levar em consideração os critérios levantados pelas perguntas. Ela também se debruça sobre a própria obra, reafirmando o compromisso de seu artigo seminal de analisar criticamente as práticas acadêmicas hegemônicas e seus impactos tanto para as mulheres ocidentais quanto terceiro-mundistas.

Considerando os aspectos abordados pelas autoras, vislumbramos que as ferramentas apresentadas por elas podem se aplicar para explicar movimentos de mulheres e resistências anti-imperialistas e anticoloniais, como no caso das mulheres que atuam nos movimentos de resistência na Palestina. Conforme se perceberá na próxima seção, a busca das mulheres palestinas passa pelas questões de gênero, englobando também as pautas de identidade nacional. Além de muito diverso dos movimentos *mainstream*, é um movimento formado em um contexto específico de luta pelo reconhecimento do Estado Palestino, conforme veremos a seguir.

AS MULHERES PALESTINAS E OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA

A atuação de grupos de resistência em território palestino não é algo recente na história do povo que habita aquela região. Movimentos contra a ocupação de judeus vindos da Europa datam desde o século XIX. Segundo Abdulhadi (1998), em 1921 foi fundada a União de Mulheres Palestinas, movimento de oposição à Declaração Balfur, além do Congresso Geral de Mulheres Palestinas, em

1929. Também, segundo a autora, na Revolta de 1936-1939, aconteceu a participação ativa das mulheres palestinas. Através do cuidado com os feridos, protestos, assinatura de petições, fornecendo abrigo aos rebeldes, essas mulheres deram demonstrações da vontade para defender a terra onde nasceram. Segundo Abdo (2018), sendo a região da Palestina formada por uma sociedade essencialmente agrária, a organização de sua população era bastante diversa da europeia. Por isso, para garantir a vinda de judeus da Europa para a Palestina, os britânicos impuseram uma série de taxas sobre as propriedades e terras dos camponeses ali presentes. Aqueles que não pagavam eram presos, torturados e, muitas vezes, mortos, além de ter suas terras confiscadas e repassadas para os colonos judeus que ali iam se estabelecer, além de ter suas colheitas destruídas. De uma única vez, as mulheres acabavam perdendo seus companheiros e suas casas.

Um dos episódios mais marcantes na vida dos palestinos foi a grande dispersão de sua população em busca de refúgio diante do conflito com os judeus após a fundação do Estado de Israel, entre os anos de 1948 e 1949, conhecido como *Nakba*, ou "Catástrofe". No ano de 1948, cerca de 800.000 pessoas foram expulsas de suas terras, além de 531 aldeias destruídas e 11 bairros esvaziados, sendo esse o episódio que evidenciou a política sionista do recém-nascido Estado de Israel (LAMAS, 2018). Segundo Sayigh (2007), com a dispersão dos palestinos para regiões vizinhas e ao redor do mundo, criou-se um sentimento de constituição de um elemento da identidade palestina, um ponto na história que uniria todos os palestinos a um só lugar. Entretanto, segundo a autora, os palestinos experimentaram o *Nakba* de maneiras diferentes, com consequências distintas. Impactos diferentes foram sentidos de acordo com a classe, seita religiosa, região, localização, tempo de ataque e gênero.

De acordo com Sayigh (2007), como o exílio, houve uma série de mudanças em relação ao papel da mulher palestina. Enquanto para elas era

atribuído o *hijayat* (fábulas), para os homens era atribuído o *qissa* (conto de um fato). Conforme se pode notar, as histórias passadas de geração em geração, as que eram contadas pelos homens eram consideradas verdade, enquanto aquelas que era contadas pelas mulheres eram fantasias ou folclore. Nesse momento, é percebida a prevalência das narrativas masculinas sobre as femininas. Ainda segundo a autora:

[...] desenraizamento, exílio, escolaridade, aumento de oportunidades, e mobilização do movimento nacional mudaram as condições de vida para a mulher em particular, parcialmente criando uma "nova" mulher palestina e rompendo barreiras de gênero (SAYIGH, 2007, p. 137. Tradução nossa)⁸.

De acordo com Sayigh (2007), devido ao fato de muitas pessoas terem buscado refúgio, principalmente, em países vizinhos, como o Líbano - algo que era para ser temporário - as suas histórias foram contadas a partir do campo onde buscaram refúgio, ressignificando-as. Segundo a autora, muitas das anedotas contadas pelas mulheres refugiadas refletem episódios de suas vidas após o *Nakba*, muitas delas permeadas pelo sentimento de coletividade. Com essas narrativas, elas encontraram uma maneira de manter a sua cultura viva mesmo longe de casa, dando traços específicos de acordo com o tempo e o espaço em que se encontram.

Segundo Humphries e Khalili (2007), as ameaças e notícias de estupros contra as mulheres palestinas ocorridas em diversas aldeias levaram os homens a buscar refúgio com suas mulheres e filhas. De acordo com a cultura da região, além de preservar suas terras, um homem deveria preservar também sua honra, isto é, a virgindade das mulheres que não eram casadas e a exclusividade sexual daquelas que eram. Além disso, o temor do estupro fez com que as mulheres ficassem afastadas do campo de batalha, uma vez que a imagem de um povo honrado estava atrelada a imagem da mulher. Logo, o estupro seria uma forma de imposição e dominação sionista sobre o território pales-

⁸ No original: "...uprooting, exile, schooling, employment opportunities, and national movement mobilization have changed life conditions for women in particular, partially creating a "new" Palestinian woman and disrupting gender boundaries."

tino através da corporalidade feminina, atrelando o corpo da mulher à honra nacional.

Ainda, segundo as autoras, aquelas famílias que se refugiaram também perderam contato com seus entes queridos que permaneceram em território palestino, o que contribuiu para a perda da sensação de pertencimento, já que as relações entre os membros das comunidades e entre as famílias era o que construía os laços e permitia a transmissão de conhecimentos adquiridos pelos ancestrais, formando e perpetuando sua cultura. Além de preservar papéis de gênero relacionados ao cuidado com a casa e com os filhos, ocorreram mudanças durante o refúgio. Mulheres foram obrigadas a vender as joias que eram heranças de família ou presentes de casamento ou ainda encontrar trabalhos remunerados (muitos deles considerados indignos, como o ato de limpar casas) para ajudar no sustento dos filhos.

Em 1964, foi criada a Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Seu objetivo era criar um Estado palestino independente. O princípio de sua ideia foi lançado em 1959, no Kuwait, e encabeçado por Yasser Arafat. Suas ideias foram inspiradas pelas aspirações pan-árabes de Gamal Abdel Nasser. Em 1965, o engenheiro Yasser Arafat e seus colegas de classe fundaram o *Fatah*, o braço armado da OLP, responsável por uma série de atentados terroristas a partir de sua fundação (SOARES, 2004). As mulheres palestinas se uniram a esse movimento, sob o entendimento acerca de sua responsabilidade por suas famílias e sua nação. Ademais, outros movimentos também acolheram mulheres, como o Movimento Nacional Árabe, fundado em 1952 pelo Dr. George Habashi e pelo Dr. Wadi Haddad, o Al-Baath e o Partido Comunista Jordânico. Além desses, mulheres desempenharam funções na Comunidade Palestina dentro de Israel. No entanto, devido a uma lei marcial do Estado israelense, essa organização foi substituída, tendo surgido movimentos como o Al-Ard e o Partido Comunista Israelense (ABDULHADI, 1998). Ainda que existam muitos movimentos diferentes com a aderência de mulheres, aqui daremos ênfase à OLP e ao *Fatah*, visto que se tornaram as organizações mais proeminentes com o passar do tempo.

Além disso, com a ocupação dos territórios dos camponeses palestinos pelo exército israelense, após a Guerra dos Seis Dias, de 1967, houve a formação de uma nova mão-de-obra, caracterizada pelo abandono do tradicional estilo de vida e ocupação de novos postos de trabalho na sociedade israelense que ali se formava. Com isso, as mulheres sofreram grandes pressões para se tornarem agentes mantenedoras das tradições construídas ao longo do tempo, sendo defendido que preservasse através delas a identidade e a continuidade (KUTTAB, 2009). Ainda assim, de acordo com Kuttat (2009), muitas mulheres palestinas se uniram a partidos políticos para fomentar sua participação na resistência, construindo sua imagem enquanto ativista de gênero. Contudo, ainda restava a segregação e a divisão social do trabalho, agora vista de maneira mais crítica.

No mesmo ano da ocupação da Faixa de Gaza e da Cisjordânia por Israel, coincidentemente com o ano de fundação do *Fatah*, ocorreu a escolha de 139 delegados para representar os palestinos ao redor do mundo, os quais convocaram e formaram a União Geral das Mulheres Palestinas (GUPW, sigla em inglês) (ABDULHADI, 1998). Essa organização foi criada no interior da OLP, ramificando-se para outras regiões do Oriente Médio ao longo dos anos. Regida por mulheres de classes altas, a GUPW consistia em uma iniciativa relevante de caridade a serviço da grande organização. Já na década de 1970, aconteceu uma ampla mobilização de movimentos estudantis. Através dessas novas organizações, uma geração com maior escolaridade pautou melhorias na inserção política e engajamento nacionalista, principalmente de mulheres (MARTEU, 2012).

De acordo com Marteu (2012), nessa mesma década, aconteceu a criação de muitas organizações direcionadas para questões exclusivas de mulheres, como o *Women's Work Commitee*, de 1978, voltado para o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura, cuidados com a casa e questões estudantis femininas. Ainda, segundo a autora, essa organização se desfez em 1981, dando origem aos comitês de mulheres pró-*Fatah*. Além disso, nessa época ocorreu maior engaja-

mento feminino na política, pelas esposas acompanhando os homens de suas famílias em movimentos políticos ou virando importantes símbolos de resistência (KAWAR, 1996 *apud* MARTEU, 2012).

Já na década de 1980, houve o que Marteu (2012) chama de “ponto de virada” na luta das mulheres palestinas. Segundo a autora, o período denotou maior atividade na busca por emancipação através da resistência popular e da luta coletiva, sendo durante a Primeira Intifada, ou Guerra das Pedras (1987 – 1993) o momento de maior intensidade dessas atividades. As ativistas palestinas passaram a organizar e participar de protestos, assim como mantiveram as atividades relacionadas à educação, serviços e culinária nos comitês populares (MARTEU, 2012). Segundo Kuttab (2009), esse período foi essencial para um movimento de mulheres mais autônomo, ainda que as questões voltadas para a resistência e luta nacionalista tenha sido o que deu início e legitimou a luta das mulheres palestinas desde o princípio do século XX.

Foi durante esse episódio que as pautas femininas ganharam espaço na arena pública, fazendo com que questões voltadas para expressão política e identidade de gênero ganhassem fôlego – desde que atreladas ao ideal nacionalista - além de tratar de questões direcionadas para classe social, educação, trabalho e igualdade na tomada de decisões. Uma vez que os primeiros movimentos foram formados por uma pequena burguesia, esse novo movimento conseguiu angariar o apoio das camadas mais pobres e das mulheres em campos de refugiados, pelo entendimento que a questão da luta nacional estava atrelada às outras pautas. Foram organizados comitês para abarcá-las, ampliando assim o escopo da luta nacional (KUTTAB, 2009).

Contudo, não se pode pensar que questões voltadas para as mulheres não foram tratadas em momentos anteriores a esse. Apenas ganharam maior importância diante da efervescência dos acontecimentos. Segundo Kuttab (2009), desde a década de 1920 até 1980, o nacionalismo serviu como uma ferramenta de legitimação necessária

do ativismo feminino e como o que a autora chama de “efeito de liberação”. Dessa forma, foi possível que as mulheres desempenhassem papéis públicos, expressões políticas e identidade de gênero. Entretanto, a autora também ressalta que não seria realista para as mulheres que vivem sob ocupação colonial não considerarem o funcionamento de sua realidade. Por isso, elas passaram a adaptar as demandas de gênero às pautas de luta nacional palestina.

No mesmo ano em que foi iniciada a Primeira *Intifada*, foi também fundado, na Faixa de Gaza, do Movimento de Resistência Islâmica, o *Hamas*, que é composto por um ramo político, dedicado a trabalhos sociais em campos de refugiados e um ramo armado, que pratica atentados terroristas (SOARES, 2004). Movimento vinculado à corrente islâmica, faz oposição à ideia de Estado laico defendida pelo *Fatah*, tendo se estabelecido em uma base que originalmente pertencia a Yasser Arafat na Faixa de Gaza. Muitas pessoas, desiludidas pelo *Fatah* ter alinhado suas políticas aos interesses ocidentais através da assinatura dos Acordos de Oslo de 1993 e 1995⁹, viram nesse movimento uma esperança de alcançar os objetivos de um Estado palestino, e com as mulheres não foi diferente, conforme veremos a seguir.

Ao longo da Primeira *Intifada*, o *Hamas* passou a, supostamente, empreender uma campanha para impor o uso do *hijab*, véu tipicamente utilizados pelas mulheres muçulmanas, como forma de torná-lo um símbolo nacional e demonstrar a sua identidade palestina. Aquelas que se recusava a fazer uso da vestimenta eram assediadas como forma de impor a sua utilização. Algumas que se recusavam a fazê-lo eram, até mesmo, apedrejadas (ABABNEH, 2014).

Segundo Ababneh (2014), episódios como esse contribuíram para manchar a imagem dos movimentos de inclinação muçulmana. Afinal, endossavam a imagem criada pelos movimentos feministas alinhados aos interesses ocidentais sobre os muçulmanos poderem levar a região ao atraso

⁹ Os acordos de Oslo, assinados em 1993 e 1995 pelo Estado de Israel e pela Autoridade Nacional Palestina (ANP), representada na figura de Yasser Arafat. Esses acordos definem que os territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia possuem autonomia política, bem como estabelecem a retirada do exército israelense dessas regiões (SOARES, 2004).

do desenvolvimento, vide o caso de suas mulheres, submissas a um padrão patriarcal de comportamento, sob destruição de todos os progressos conquistados até então. É importante ressaltar que, ainda que seja recomendado o uso do *hijab*, a imposição é condenada pelos líderes do *Hamas*, sendo apenas uma forma de mostrar o compromisso da população com a luta. Com isso, mulheres filiadas ao *Hamas*, muitas vezes, são vistas como aliadas de um grupo opressor e incapazes de lidar com as questões femininas. O que diferencia a visão dessas mulheres para as feministas é que elas veem o Islã e as tradições sociais como o que vai levá-las ao progresso, rejeitando um conceito que consideram ocidentalizado (ABABNEH, 2014).

Já na Segunda Intifada ou Intifada *Al-Aqsa*, iniciada em 2000 e encerrada em meados de 2008, foi mostrado um tipo diferente de atuação das mulheres palestinas: os atentados suicidas. Segundo Deja (2017), devido às falhas dos Acordos de Oslo de 1993 e 1995, de todas as soluções pacíficas citadas anteriormente e diante da permanência das ocupações dos territórios que deveriam ser autônomos, algumas mulheres palestinas não viram outra alternativa senão aderir aos atentados suicidas durante esse período. Foi uma forma extrema de reivindicar o fim da ocupação israelense em seus territórios. A autora também afirma que antes as mulheres eram vistas apenas como mães de heróis ou mártires. Já a partir da Segunda Intifada, elas acabaram por ser interpretadas como agentes de sua própria história pelo engajamento no conflito. Contudo, DEJA (2017) também afirma que o ganho de consciência advindo das experiências anteriores foi o que levou essas mulheres a aderirem a esse tipo de tática. Além disso, essa seria uma forma de fazer frente aos movimentos fundamentalistas palestinos. Segundo a autora, entre 2000 e 2005, os grupos *Hamas*, *Fatah* e *Jihad* conduziram, ao todo, apenas oito liderados por mulheres. Destes, cinco ocorreram em nome do *Fatah*, dois do *Jihad* e um do *Hamas*.

Atualmente, as mulheres palestinas seguem enfrentado muitas dificuldades relacionadas tanto à dominação patriarcal quanto à realidade colonial que enfrentam desde o início do século XX

até os dias recentes. Ainda que tenham conquistado uma consciência política e grau de instrução maior, elas ainda lidam com desafios como a discriminação e a segregação dentro de seu próprio território (UNRWA, 2016). No entanto, figuras femininas emblemáticas ainda surgem dentro desse contexto. A estudante da Cisjordânia Ahed Tamimi, de 18 anos, foi libertada da prisão, onde ficou por oito meses por ter agredido um soldado israelense que cumpria ordens de patrulhar aquelas terras. Além disso, Ahed também agiu dessa maneira pois em outra ocasião, um soldado havia disparado uma bala de borracha na cabeça de seu primo, deixando-o com uma grave deformação (BAEZA, 2018). Além dela, outra integrante de sua família também ganhou visibilidade recentemente. Janna Tamimi, também conhecida como Janna Jihad, de 13 anos. Aos 10 anos, ela passou a utilizar o celular de sua mãe para gravar vídeos e denunciar os abusos cometidos pelo exército israelense contra o povo palestino. Alguns de seus parentes trabalham com jornalismo, algo que influenciou Janna para desenvolver seu ativismo e suas denúncias (SAKAR, 2016).

Casos como esse ilustram que, mesmo com todas as adversidades, ainda há mulheres dispostas a lutar. Seja de forma pacífica ou não, com as armas que tiverem, nota-se que as mulheres palestinas têm consciência de seu lugar no mundo, entendendo que, muito mais que por causa própria, é necessário para elas reivindicar seu território e sua identidade. Uma vez que o ideal de resistência embasa sua luta, é preciso levar em consideração uma série de critérios até pouco tempo ignorados, de forma a entender de maneira ampla as mulheres do Terceiro Mundo – em especial, as palestinas – e a causa pela qual elas estão se mobilizando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pôde perceber ao longo do texto, a organização das mulheres palestinas não é algo recente na história desta região. Inicialmente, vinculando sua imagem ao movimento nacional e fornecendo suporte aos homens que lutavam contra a ocupação israelense no território – esta, por sua vez,

endossada pelos países do Ocidente - com o tempo, foram adquirindo consciência política. A partir disso, ao longo dos anos 1980, passaram a se organizar de forma mais autônoma, levando em consideração questões específicas pertinentes apenas às mulheres, sem deixar de lado as pautas nacionalistas sobre as quais a formação política se baseou.

Desenvolvendo-se em um contexto de luta colonial, as mulheres palestinas passaram a se organizar de forma a resistir a ocupação que visava à formação do Estado de Israel. Buscando formas de organização, seja através do trabalho de cuidado e apoio aos homens combatentes, através da atuação na esfera pública por meio de organizações políticas e comunitárias ou através da atividade em grupos considerados terroristas, as mulheres palestinas mostram que, ao longo da história, são bastante atuantes, diferente do que é comumente disseminado nos círculos ocidentais.

Na verdade, o feminismo *mainstream* não dá conta de explicar a realidade dessas mulheres devido à insuficiência de ferramentas que analisem as especificidades que estão envolvidas em sua luta. Por terem se desenvolvido dentro de um contexto de luta contra o colonialismo ocidental e israelense, desde o início do século XX, as mulheres palestinas se organizaram de forma a vincular o gênero à luta nacionalista. Ainda, é importante notar que mulheres de movimentos de inclinação secular e mulheres muçulmanas, embora possuam certas diferenças devido à religião, unem sua mobilização ao ideal nacionalista. Isso evidencia que tampouco dentro de um mesmo território todos os movimentos são iguais, apresentando características diversas devido à aproximação ou afastamento, nesse caso, do Islã.

Raça, classe, religião e nacionalismo também devem ser levados em conta, uma vez que são as mulheres palestinas a sofrer mais com as dinâmicas de colonização dos países ocidentais sobre seus territórios. Por isso, a escolha da abordagem feminista pós-colonial não foi ao acaso. Para analisar a realidade das mulheres palestinas, é preciso levar todos esses fatores em consideração, uma vez que toda a sua história ao longo dos séculos XX e XXI e seu ativismo se deram sobre a reali-

dade de resistência à ocupação que enfrentaram e ainda enfrentam até os dias de hoje. Muitas formas de resistência foram utilizadas por essas mulheres, sejam elas pacíficas, como no caso das mulheres que se envolviam em protestos ou que forneciam suporte, escondendo armas e soldados, ou de forma violenta, como no caso dos atentados suicidas das mulheres-bomba.

Dito isto, não se pode analisar os ativismos e movimentos de resistência das mulheres do Terceiro Mundo, em especial as palestinas aqui tratadas, pela lógica hegemônica do discurso feminista. É necessário entender que as mulheres não falam da mesma localização geográfica e nem compartilham das mesmas experiências. É preciso levar em conta uma série de fatores que, muitas vezes, acabam por deixar mais evidente aquilo que nos torna diferentes do que aquilo que nos une.

REFERÊNCIAS

- ABABNEH, S. The Palestinian Women's Movement versus Hamas: attempting to understand women's empowerment outside feminism framework. **Journal of International Women's Studies**. Bridgewater State University. Massachusetts, vol. 15, issue 1, p. 35 – 53, 2014 Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol15/iss1/3/>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- ABDO, N. Feminism , Indigenoussness and Settler Colonialism: oral history, memory and the Nakba. In.: ABDO, N.; MASALHA, N. (ed). **An Oral History of the Palestinian Nakba**. Londres: Zed Books Ltd., 2018.
- ABDULHADI, R. The Palestinian Women's Autonomous Movement: emergence, dynamics, and challenges. **Gender & Society**, Sage Publications, Thousand Oaks, vol. 12, nº 6, p. 649 – 673, dez. 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089124398012006004>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- AL-ALI, N.; PRATT, N. Between Nationalism and Women's Rights: the Kurdish women's movement

in Iraq. **Middle East Journal of Culture and Communication**. Koninklijke Brill, Leiden, nº.4, p. 337 – 353, 2011. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/soc/pais/people/pratt/publications/mjcc_004_03_06_al-ali_and_pratt.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

BAEZA, L. **Ahed Tamimi, a Adolescente Ícone da Resistência Palestina, Sai de Prisão Israelense Após Cumprir Pena**. El País Brasil, Madrid, 29 jul. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/29/internacional/1532849385_283383.html. Acesso em: 18 set. 2019.

BAHRI, D. Feminismo e/no Pós-Colonialismo. UFSC, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 21, nº 2, p. 659-688, mai-ago 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000200018>. Acesso em: 30 mai. 2017.

COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (orgs). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2ª edição. Dourados: Editora UFGD, 2019.

D’COSTA, B. Marginalized Identity: new frontiers of reserach for IR? In.: ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist Methodologies for International Relations**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

DEJA, E. **The Women of Palestine Fighting for Independence**. Warszawa: Securitologia, nº1, 2017. University of Warmia and Masuria. Disponível em: https://www.civitas.edu.pl/wp-content/uploads/2015/03/Securitologia-1_2017_109-118.pdf. Acesso em: 30 mai. 2019.

HUMPHRIES, I.; KHALILI, L. Gender of Nakba Memory. In.: SA’AD, A. H.; ABU-LUGHOD, L. (ed.). **Nakba: Palestine, 1948, and the claims of memory**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007.

JAYAWARDENA, K. **Feminism and Nationalism in the Third World**. Londres e Nova Iorque: Verso Books, 2016.

KUTTAB, E. The Palestinian Women's Movement:

from resistance and liberation to accommodation and globalization In: VERSCHUUR, C. **Vents d’Est, vents d’Ouest: mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux** [online]. Genebra: Graduate Institute Publications, 2009.

LAMAS, M. The Palestine Rebellion Continues. **International Correspondence**. Buenos Aires, nº 41, mai-ago, 2018. Disponível em: <http://www.uit-ci.org/Descargas/Correspondencia/IC41.pdf>. 18 set. 2019.

MARTEU, E. Israeli and Palestinian Feminisms: post-colonial issues. **Revue Tiers Monde**, University of Paris 1, Paris, vol. 209, nº 1, p. 71 – 88, 2012. Disponível em: https://www.cairn-int.info/article-E_RTM_209_0071--israeli-and-palestinian-feminisms.htm. Acesso em: 24 mai. 2018.

MOHANTY, C. T. **Feminism Without Borders: decolonizing theory, practicing solidarity**. Durham e London: Duke University Press, 2003.

MOHANTY, C. T. Under Western Eyes: feminist scholarship and colonial discourses. *Boundary 2*, Vol. 12, No. 3, **On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism**. (Spring - Autumn, 1984), pp. 333-358. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0190-3659%28198421%2F23%2912%3A3%3C333%3AUWEFSA%3E2.0.CO%3B2-Y>. Acesso em: 21 mar. 2017.

RAJAN, R. S.; PARK, Y. Postcolonial Feminism/ Postcolonialism and Feminism. In: SCHWARZ, H.; RAY, S. (Eds). **A Companion to Postcolonial Studies**. 1ª edição. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2005.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SAKAR, U. **Janna Jihad: meet Palestine’s 10-years-old journalist**. Al-Jazeera, Doha, 28 abr. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2016/04/janna-jihad-meet-palestine-10-year-journalist-160426132139682.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

SAYIGH, R. Women’s Nakba Stories: between

being and knowing. In.: SA'AD, A. H.; ABU-LUGHOD, L. (ed.). **Nakba**: Palestine, 1948, and the claims of memory. Nova Iorque: Columbia University Press, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24ª edição revisada e atualizada. São Paulo: Cortes, 2017.

SOARES, J. **Israel x Palestina**: raízes do ódio. 3ª ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TICKNER, J. A. **Gendering World Politics**: issues

and approaches in the post-cold war era. 1ª ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

TICKNER, J. A. Feminism Meets International Relations: some methodological issues. In.: ACKERLY, Brooke A.; STERN, Maria. TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

UNRWA. **Genealogía Feminista Palestina**: historia de mujeres desde la diversidad. Euskadi. Agência das Nações Unidas para a População Refugiada da Palestina (UNRWA). Bilbao, set., 2016. Disponível em: www.unrwaeskadi.org. Acesso em: 06/05/2018.